

Adaptação à Região Autónoma da Madeira do documento conjunto da ACSS, I.P. e do INFARMED das Normas relativas à Dispensa de Medicamentos e Produtos de Saúde

**Normas relativas à  
Dispensa de Medicamentos e  
Produtos de Saúde**

Entrada em vigor a 01/01/2016

## **Normas relativas à dispensa de medicamentos e produtos de saúde**

Introdução	1
Prescrição	2
Análise da prescrição	3
1. Receita eletrónica	3
1.1. Número da receita	3
1.2. Identificação do médico prescriptor	4
1.3. Dados do utente	4
1.4. Identificação do medicamento	4
1.4.1 Prescrição por DCI	4
1.4.2 Prescrição por marca	5
1.5. Posologia e duração do tratamento	5
1.6. Comparticipações especiais	5
1.7. Número de embalagens	5
1.8. Data da prescrição	5
1.9. Assinatura do médico prescriptor	6
1.10. Tipos de receita	6
2. Receita manual	6
2.1. Identificação do médico prescriptor e local de prescrição	6
2.2. Exceção	6
2.3. Dados do utente	7
2.4. Identificação do medicamento	7
2.5. Comparticipações especiais	7
2.6. Data da prescrição	7
2.7. Especificidades da receita manual	7
Dispensa de medicamentos	8
3. Informação ao utente	8
4. Stock de medicamentos	8
5. Dispensa de medicamentos prescritos por DCI	9
5.1. Quando existe grupo homogéneo	9
5.2. Quando não existe grupo homogéneo	9
6. Dispensa de medicamentos prescritos por nome comercial ou do titular	9
6.1. Medicamento de marca sem similar ou que não disponha de medicamento genérico similar participado	9

6.2. Existência de justificação técnica do prescritor	10
7. Outras prescrições por nome do medicamento/titular	10
8. Esquema dos vários casos de dispensa	12
8.1. Prescrição por DCI	12
8.2. Prescrição por nome do medicamento ou do titular de AIM	13
9. Casos particulares de dispensa	14
9.1. Situações em que o utente não queira os produtos prescritos	14
9.2. Receita que não especifica a dimensão	14
9.3. Medicamento esgotado	14
9.4. Equivalência de tamanhos de embalagens	15
10. Dispensa de medicamentos prescritos por DCI em situações de patologias ou grupos especiais de utentes	15
11. Dispensa de medicamentos estupefacientes e psicotrópicos	15
11.1. Identificação do adquirente	16
11.2. Arquivo de receitas	16
11.3. Controlo de receituário	16
12. Dispensa de medicamentos manipulados	16
13. Dispensa de produtos dietéticos com carácter terapêutico	17
14. Dispensa de produtos destinados ao autocontrolo da diabetes mellitus	17
15. Dispensa de outros produtos	17
Regimes de comparticipação	18
16. Regime geral de comparticipação de medicamentos	18
17. Regime especial de comparticipação de medicamentos	18
18. Comparticipação de medicamentos manipulados	19
19. Comparticipação de produtos destinados ao autocontrolo da diabetes mellitus	19
20. Comparticipação de produtos dietéticos com carácter terapêutico	19
Preenchimento de receitas	19
Guia de tratamento	20
Contactos úteis	22
Versão	22

## Introdução

---

A legislação que suporta a prescrição foi alterada para promover a prescrição por Denominação Comum Internacional (DCI) e através de sistemas eletrónicos. Estas medidas visam centrar a prescrição na escolha farmacológica, o que permitirá promover a utilização racional dos medicamentos.

Adicionalmente, pretende-se dotar o prescritor de instrumentos de suporte à decisão clínica, evitando erros na dispensa e agilizando o processo de prescrição e de conferência de receituário.

Para o bom funcionamento deste sistema que visa, num futuro próximo, a eliminação da receita em papel, é fundamental a adoção de procedimentos uniformes de prescrição, validação, dispensa e informação ao utente, identificando o contributo de todos os envolvidos no circuito do medicamento.

Assim, este documento pretende compilar um conjunto de regras e orientações, de cariz prático, que o farmacêutico deve ter em conta ao dispensar medicamentos e produtos de saúde.

Compete ao INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (Infarmed), através de protocolos estabelecidos com as diversas entidades do setor, fornecer a base de dados que contém informação relativa a todos os medicamentos que têm, ou tiveram, autorização de introdução no mercado (AIM) em Portugal, aos dispositivos médicos e dispositivos para diagnóstico *in vitro* destinados ao controlo da Diabetes *mellitus*.

Esta base de dados é utilizada nos *softwares* de apoio à prescrição, dispensa e conferência de receituário.

A informação constante nesta base de dados é atualizada diariamente, contudo, a frequência de atualização das aplicações das diversas empresas de *software* existentes no mercado pode ser diferente. Considera-se que, para obtenção de informação fidedigna, as entidades devem realizar uma atualização diária.

Adicionalmente, encontram-se publicados dois documentos que estabelecem as normas destinadas ao prescritor e às empresas que desenvolvem *software* de prescrição.

## Prescrição

---

A prescrição de medicamentos, incluindo medicamentos manipulados e medicamentos contendo estupefacientes e psicotrópicos (tabelas I e II do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro) tem de ser feita no modelo de receita médica aprovado pelo Despacho n.º 88/2014, de 19 de maio, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS), alterado pelo Despacho n.º 319/2014, de 29 de dezembro.

Este modelo também é aplicável à prescrição de outros produtos, nomeadamente para o autocontrolo da diabetes *mellitus* (produtos constantes da listagem fornecida pelo Infarmed), géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial (produtos dietéticos), fraldas, sacos de ostomia ou outros.

A prescrição de medicamentos deve ser efetuada de forma eletrónica com objetivo de aumentar a segurança no processo de prescrição e dispensa, facilitar a comunicação entre profissionais de saúde de diferentes instituições e agilizar processos.

A impressão em papel, da receita e guia de tratamento, em formato A4, mantém-se até se atingir a desmaterialização do processo.

As receitas eletrónicas podem ser renováveis, contendo até 3 vias, devendo ser impressa a indicação da respetiva via (“1.ª via”, “2.ª via” e “3.ª via”). Apenas podem ser prescritos em receita renovável, os medicamentos que se destinem a tratamentos de longa duração (os medicamentos que constem da [tabela 2](#) da Portaria n.º 1471/2004, de 21 de dezembro, na sua atual redação - Deliberação n.º 173/CD/2011, de 27 de outubro) e os produtos destinados ao autocontrolo da diabetes *mellitus*.

Para que o processo da desmaterialização da receita seja possível, é obrigatório que a prescrição seja realizada *on-line*, ou seja, no momento de prescrição, os *softwares* têm de validar e registar a receita de medicamentos no sistema central de prescrições, antes da sua emissão em papel.

Só as receitas validadas pelo sistema e registadas centralmente são consideradas receitas eletrónicas. Aquando da desmaterialização, estas receitas ficam imediatamente visíveis para as farmácias.

Sempre que haja falência técnica por indisponibilidade dos serviços centrais ou falha de comunicações, é permitida a prescrição *off-line*. Nesta situação, as receitas são emitidas com uma numeração local, atribuída pelo *software* de prescrição. As receitas emitidas por *software* em modo *off-line* não são consideradas receitas eletrónicas.

## Análise da prescrição

### 1. Receita eletrónica

Para que o farmacêutico possa aceitar a receita eletrónica e dispensar os medicamentos nela contidos, necessita verificar a existência dos seguintes elementos:

#### 1.1. Número da receita

Verificar a existência de numeração, constituída por 19 dígitos com o seguinte formato:

X	XX	XXX	XXXX	XXXXXXXX	X	X
Região de Saúde	Tipo Receita	Sistema Produtor	Centro Emissor Entidade utilizadora	Sequência	Nº Via	Check digit

Região de Saúde em que se integra o local da prestação de cuidados:

- 1 - Região Norte;
- 2 - Região Centro;
- 3 - Região de Lisboa e Vale do Tejo;
- 4 - Região do Alentejo;
- 5 - Região do Algarve;
- 6 - Região Autónoma dos Açores;
- 7 - Região Autónoma da Madeira.

Tipo de receita:

- 01 - Receita médica não renovável;
- 02 - Receita médica renovável.

Número da via:

- 0 - Receita não renovável;
- 1 - Primeira via da receita renovável;
- 2 - Segunda via da receita renovável;
- 3 - Terceira via da receita renovável.

No número da receita eletrónica, gerado centralmente pelo sistema central de prescrições, o sistema produtor assume o valor 100 e tem o seguinte formato:

X	XX	100	XXXXXXXXXXXX	X	X
		Sistema central	Sequência nacional		

A receita não pode ser fotocopiada nem podem ser produzidas cópias.

## **1.2. Identificação do médico prescriptor**

Verificar a existência dos dados do médico prescriptor e do local de prescrição.

As receitas informatizadas têm obrigatoriamente que conter o código do médico prescriptor impresso e o código do local de prescrição impresso. No caso das receitas “Assinadas eletronicamente por autenticação forte”, prescritas no setor público é acrescentado a aposição da vinheta de local de prescrição

## **1.3. Dados do utente**

Deve ser verificada a existência de:

- Nome do utente – obrigatório para a aceitação da receita;
- Número de utente – número nacional que identifica univocamente o utente através do Registo Nacional de Utentes (RNU). Este número é atribuído no processo de inscrição do cidadão numa unidade de saúde ou aquando do pedido do Cartão de Cidadão;
- Número de beneficiário da entidade financeira responsável (SRS-Madeira, SRS-Açores, SNS ou Subsistema de Saúde – (CNPRP, Migrante, etc.), sempre que aplicável;
- Regime especial de comparticipação de medicamentos, representado pelas letras “R” e “O”, se aplicável:
  - A letra “R” aplica-se aos utentes pensionistas abrangidos pelo regime especial de comparticipação;
  - A letra “O” aplica-se aos utentes abrangidos por outro regime especial de comparticipação identificado por menção ao respetivo diploma legal.

## **1.4. Identificação do medicamento**

### **1.4.1. Prescrição por DCI**

- Denominação Comum Internacional (DCI) ou nome da substância ativa;
- Dosagem (Dos);
- Forma farmacêutica (FF);
- Dimensão da embalagem (Dim);
- Código representativo que agrupa, pelo menos, as seguintes características do medicamento: DCI + Dos + FF + n.º unidades - Código Nacional para a Prescrição Eletrónica de Medicamentos (CNPEM) representado em dígitos e código de barras.

#### **1.4.2. Prescrição por marca**

Nos casos em que a lei permite a prescrição por nome comercial do medicamento ou do titular (ver ponto 6), a identificação do medicamento deve conter ainda:

- Nome comercial do medicamento ou do respetivo titular de autorização de introdução no mercado;
- Número de registo do medicamento representado em dígitos e código de barras.

#### **1.5. Posologia e duração do tratamento**

O prescriptor deve especificar a dose de medicamento, o intervalo de administração, bem como, a duração do tratamento.

#### **1.6. Comparticipações especiais**

Além da identificação do utente com a letra “O”, o despacho que estabelece o regime especial de comparticipação de medicamentos, se aplicável, tem de constar junto ao medicamento.

#### **1.7. Número de embalagens**

Em cada receita podem ser prescritos até 4 medicamentos distintos<sup>1</sup>, num total de 4 embalagens por receita. No máximo, podem ser prescritas duas embalagens por medicamento.

No caso dos medicamentos prescritos se apresentarem sob a forma de embalagem unitária<sup>2</sup> podem ser prescritas até quatro embalagens do mesmo medicamento.

#### **1.8. Data da prescrição**

A verificação da data da prescrição é necessária para determinar a validade da receita.

- Receita normal – válida pelo prazo de 30 dias seguidos, contados a partir da data da sua emissão;
- Receita renovável – cada via tem uma validade de 6 meses, contados a partir da data de emissão.

<sup>1</sup> Medicamentos distintos são aqueles que não tenham a mesma substância ativa, dosagem, forma farmacêutica ou agrupamento de forma farmacêutica. Medicamentos iguais com tamanhos de embalagem diferentes não são considerados medicamentos diferentes.

<sup>2</sup> Aquela que contém uma unidade de forma farmacêutica na dosagem média usual para uma administração em quantidade individualizada.



## **1.9. Assinatura do médico prescriptor**

Na receita pré-impressa, tem que estar assinada e datada pelo médico prescriptor.

Nas receitas impressas pelas aplicações informáticas a assinatura do médico prescriptor é obrigatória, manuscrita ou eletrónica “Assinado eletronicamente por autenticação forte”. No caso das receitas assinadas eletronicamente é obrigatório a aposição da vinheta do local de prescrição até à entrada em funcionamento da dispensa eletrónica, podendo em alternativa ser utilizada a assinatura manuscrita não necessitando assim a aposição da vinheta do local de prescrição.

## **1.10. Tipos de receita**

Em cada receita deve constar a referência ao tipo de receita, de acordo com a lista seguinte:

RN – prescrição de medicamentos;

RE – prescrição de psicotrópicos e estupefacientes sujeitos a controlo;

MM – prescrição de medicamentos manipulados;

MA – prescrição de medicamentos alergénios destinados a um doente específico;

UE – prescrição de medicamentos para aquisição noutro Estado-membro;

MDT – prescrição de produtos dietéticos;

MDB – prescrição de produtos para autocontrolo da diabetes mellitus;

CE - prescrição de câmaras expansoras;

OUT – prescrição de outros produtos (ex. produtos cosméticos, suplementos alimentares, etc.).

## **2. Receita manual**

Para que o farmacêutico possa aceitar a receita manual e dispensar os medicamentos nela contidos, necessita verificar a existência dos seguintes elementos:

### **2.1. Identificação do médico prescriptor e local de prescrição**

Verificar a existência dos dados do médico prescriptor, incluindo a respetiva vinheta. No local de prescrição, deve constar a respetiva vinheta do local de prescrição. Se a prescrição se destinar a um doente pensionista abrangido pelo regime especial, deverá ser aposta a vinheta de cor verde de identificação do local de prescrição.

### **2.2. Exceção**

A farmácia deve verificar se, no canto superior direito da receita, está assinalada a Exceção legal:

- a) Falência informática;

- b) Inadaptação do prescriptor;
- c) Prescrição no domicílio;
- d) Até 40 receitas/mês.

Não compete à farmácia validar as situações de exceção, pelo que não há motivo de recusa de pagamento da comparticipação do Estado à farmácia.

### **2.3. Dados do utente**

Ver 1.3.

### **2.4. Identificação do medicamento**

- Denominação Comum Internacional (DCI) ou nome da substância ativa;
- Dosagem (Dos);
- Forma farmacêutica (FF);
- Dimensão da embalagem (Dim);
- Nos casos em que a lei permite a prescrição por nome comercial do medicamento ou do titular (ver ponto 6), a identificação do medicamento deve conter ainda:
  - Nome comercial do medicamento ou do respetivo titular de autorização de introdução no mercado.

### **2.5. Comparticipações especiais**

Ver 1.6.

### **2.6. Data da prescrição**

A verificação da data da prescrição é necessária para determinar a validade da receita.

A receita manual é válida pelo prazo de 30 dias seguidos, contados a partir da data da sua emissão.

### **2.7. Especificidades da receita manual**

- As receitas não podem conter rasuras, caligrafias diferentes e não podem ser prescritas com canetas diferentes ou a lápis, bem como utilizar papel químico; Estas situações são motivos para que as receitas não sejam aceites nas farmácias, pois não são comparticipáveis;
- Não é permitida mais do que uma via da receita manual, ou seja, a receita renovável não pode ser emitida por via manual.

## Dispensa de medicamentos

---

### 3. Informação ao utente

- No ato da dispensa, o farmacêutico tem que informar o utente da existência de medicamentos genéricos similares<sup>3</sup> ao prescrito, comparticipados pelo SRS-Madeira, e qual o mais barato;
- Quando não existam genéricos, o farmacêutico tem que informar o utente sobre o medicamento comercializado mais barato, similar ao prescrito;
- O utente deve ser informado do seu direito de opção na escolha do medicamento, sempre que tal seja permitido. Ver 5 e 6.2.3.

### 4. Stock de medicamentos

As farmácias têm que ter em *stock*, no mínimo, três medicamentos de cada grupo homogêneo de entre os cinco medicamentos com preço mais baixo.

Para tal, o farmacêutico deve seleccionar os medicamentos cujo preço de venda ao público seja inferior ao identificado na coluna **5.º Preço mais baixo** constante do [Guia dos medicamentos genéricos e dos preços de referência](#).

Nota: A seleção destes 3 medicamentos tem que ser feita com base no preço a cobrar ao utente e não no número de registo. Ou seja, a farmácia só dará cumprimento à lei se os medicamentos em stock tiverem um preço abaixo do 5.º preço mais baixo.

Por exemplo: Valor do 5.º preço mais baixo - 5€.

*O medicamento AAA com o número de registo 1234567 com o preço de 4€ cumpre os critérios definidos.*

*Contudo, a farmácia ainda tem em stock o mesmo medicamento com o preço de 20€. Este medicamento ainda pode ser escoado, isto é, se o utente concordar pode ser dispensado e comparticipado, mas não é válido para inclusão no grupo dos 5 mais baratos.*

*A farmácia tem que ter em stock a embalagem que custa 4€.*

---

<sup>3</sup> No âmbito das Normas, medicamentos similares são aqueles que têm a mesma substância ativa, dosagem, forma farmacêutica e tamanhos de embalagens equivalentes.

Estas disposições não substituem o necessário cumprimento da [Deliberação n.º 021/CD/2011](#), que estabelece o prazo máximo de 12 h para que as farmácias efetuem as diligências necessárias ao fornecimento de determinado medicamento que não esteja disponível em *stock*, para além do cumprimento da prescrição médica.

## **5. Dispensa de medicamentos prescritos por Denominação Comum Internacional (DCI)**

A receita médica é prescrita pela indicação da DCI, seguida da dosagem, forma farmacêutica, apresentação e tamanho de embalagem e posologia. Esta informação é codificada através do CNPEM.

### **5.1. Quando existe grupo homogéneo**

O farmacêutico tem que dispensar o medicamento que cumpra a prescrição médica e, caso aplicável, o mais barato dos 3 medicamentos identificados em 4, exceto nos casos em que o utente exerça o seu direito de opção.

- O utente pode optar por qualquer medicamento com o mesmo CNPEM (o que corresponde à mesma DCI, forma farmacêutica, dosagem e tamanho de embalagem similares ao prescrito), independentemente do seu preço;
- Para tal, assume a diferença de preço e tem que assinar a receita, no local próprio para o efeito.

### **5.2. Quando não existe grupo homogéneo**

O farmacêutico tem que dispensar o medicamento que cumpra a prescrição médica e o mais barato para o utente, similar ao prescrito, que possua na Farmácia, exceto nos casos em que o utente exerça o seu direito de opção.

- O utente pode optar por qualquer medicamento com o mesmo CNPEM, independentemente do seu preço;
- Para tal, tem que assinar a receita, no local próprio para o efeito.

## **6. Dispensa de medicamentos prescritos por nome comercial ou do titular**

O farmacêutico deve verificar se a prescrição se inclui nas seguintes situações:

### **6.1. Medicamento de marca sem similar ou que não disponha de medicamento genérico similar participado**

Perante esta prescrição, o farmacêutico apenas pode dispensar o medicamento que consta da receita.

## **6.2. Existência de justificação técnica do prescritor**

### **6.2.1. Alínea a) - Medicamentos com margem ou índice terapêutico estreito**

Na receita tem que constar a menção “Exceção a) do n.º 3 do art. 6.º”.

Esta justificação apenas é permitida para os medicamentos identificados na [lista](#) definida pelo Infarmed.

Perante esta prescrição, o farmacêutico apenas pode dispensar o medicamento que consta da receita.

Se esta exceção for invocada para medicamentos que não constem da lista, a dispensa deve ser feita como se de uma prescrição por DCI se tratasse.

### **6.2.2. Alínea b) - Reação adversa prévia**

Na receita tem que constar a menção “Exceção b) do n.º 3 do art. 6.º - Reação adversa prévia”.

Perante esta prescrição, o farmacêutico apenas pode dispensar o medicamento que consta da receita.

### **6.2.3. Alínea c) - Continuidade de tratamento superior a 28 dias**

Na receita tem que constar a menção “Exceção c) do n.º 3 do art. 6.º - continuidade de tratamento superior a 28 dias”.

- Apesar da justificação, o utente pode optar por medicamentos similares ao prescrito, desde que sejam de preço inferior;
- Os preços a considerar para este efeito, são os que estão em vigor ou se iniciaram no 1.º dia do 1.º mês do trimestre civil imediatamente anterior àquele em que ocorre a dispensa: Ex. dispensa em dezembro - consideram-se os preços em vigor desde o dia 1 de julho desse ano; dispensa em janeiro - consideram-se os preços em vigor desde o dia 1 de outubro do ano anterior;
- Para tal, o utente tem de assinar a receita, no local próprio para o efeito.

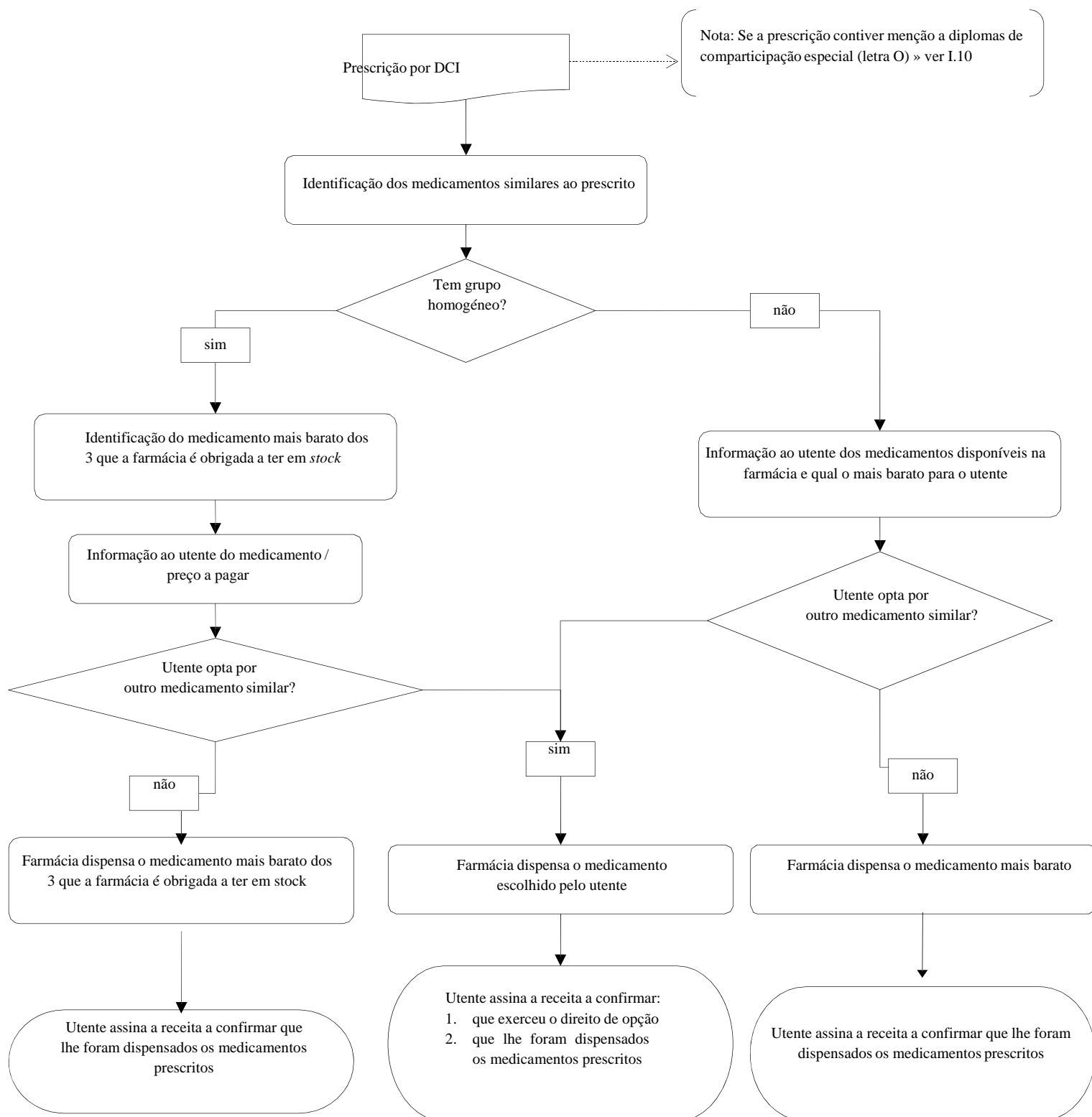
## **7. Outras prescrições por nome do medicamento/titular**

Caso a prescrição feita por nome do medicamento ou do titular não se enquadre nas situações anteriormente mencionadas, ou na ausência da respetiva justificação, a dispensa deve ser efetuada como se de uma prescrição por DCI se tratasse. Ver 5.

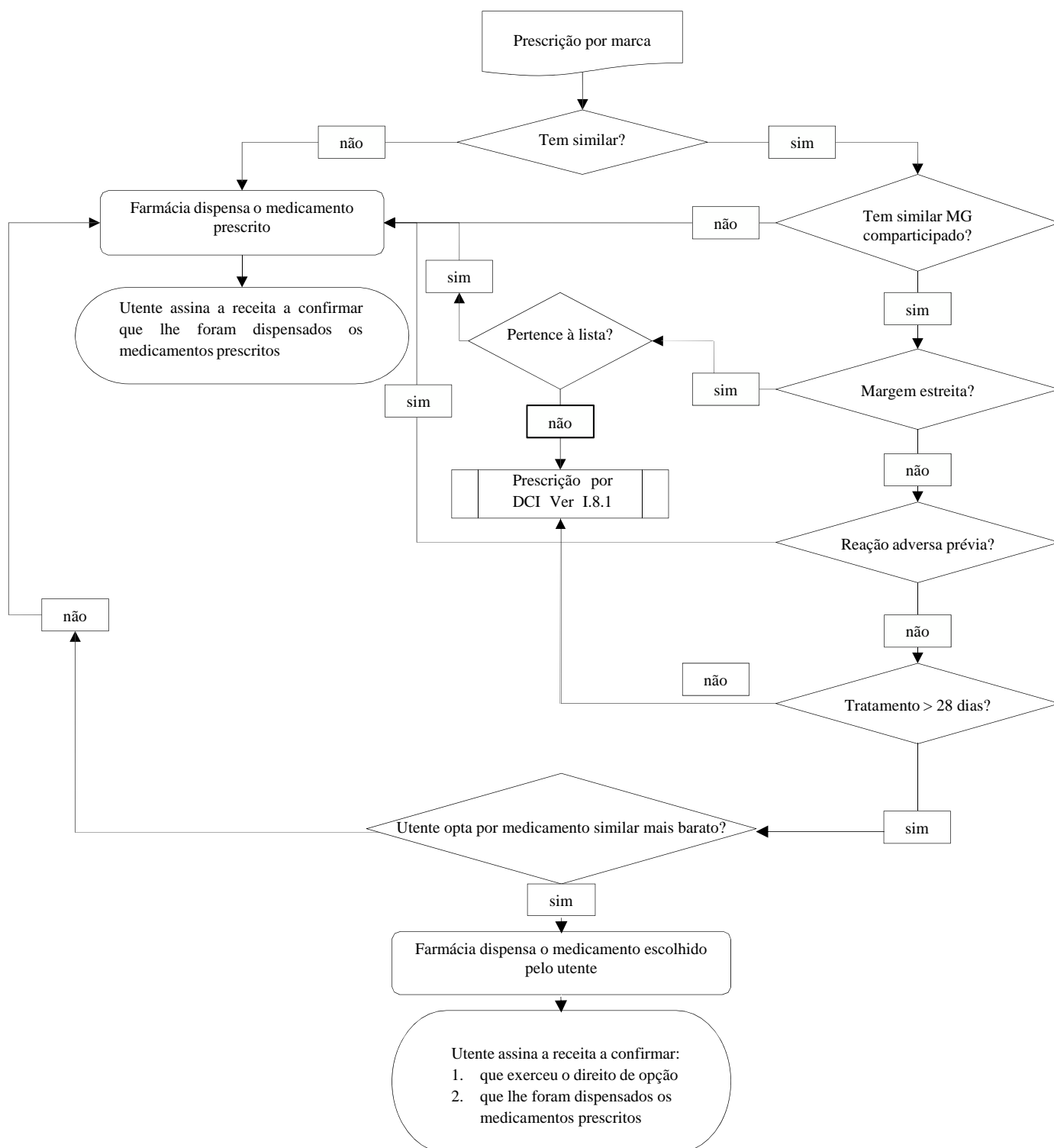
Caso a prescrição inclua medicamentos com margem ou índice terapêutico estreito, a farmácia deve ponderar a necessidade de confirmar com o médico a possibilidade de substituição; se o médico não permitir, esse facto deve ser explicado ao utente e este deve assinar o verso da receita (direito de opção).

## 8. Esquema dos vários casos de dispensa

### 8.1. Prescrição por DCI



## 8.2. Prescrição por nome do medicamento ou do titular de AIM





## **9. Casos particulares de dispensa**

### **9.1. Situações em que o utente não queira os produtos prescritos**

Se o utente não quiser adquirir algum dos produtos constante na receita, o farmacêutico deve, na presença do utente, riscar o produto em causa na receita.

A pedido do utente é também admissível a dispensa de um número inferior de embalagens relativamente às constantes da receita.

### **9.2. Receita que não especifica a dimensão**

Esta situação apenas pode ocorrer em receitas manuais. Se a receita manual não referir a dimensão da embalagem, o farmacêutico tem de fornecer a embalagem comparticipada de menor dimensão disponível no mercado.

### **9.3. Medicamento esgotado**

A dispensa de embalagens de dimensão diferente<sup>4</sup> da prescrita só é aceite se devidamente justificada pela farmácia (no lado esquerdo do verso da receita), quando a embalagem prescrita se encontrar indisponível.

- O farmacêutico pode fornecer embalagens que perfaçam quantidade equivalente ou inferior à quantidade prescrita:
  - Ex. 1. Médico prescreve embalagem de 60 unidades que está indisponível – a farmácia pode dispensar 3 embalagens de 20 unidades;
  - Ex. 2. Médico prescreve embalagem de 56 unidades que está indisponível – a farmácia pode dispensar 1 embalagem de 40 unidades.
- Excecionalmente, quando a embalagem prescrita estiver esgotada e apenas estiverem disponíveis embalagens de dimensão superior, a farmácia apenas pode dispensar a embalagem com a quantidade mínima imediatamente superior à prescrita;

---

<sup>4</sup> Consideram-se embalagens de dimensão diferente aquelas que dispõem de CNPEM diferentes. Não são consideradas embalagens de dimensão diferente, por exemplo, as embalagens de 56 e 60 unidades, uma vez que têm o mesmo CNPEM.

- Ex. Medicamento com 2 apresentações: 40 e 60. O médico prescreve a embalagem de 40 unidades que está indisponível – a farmácia pode, excepcionalmente e quando não haja alternativa, dispensar 1 embalagem de 60 unidades.

Nestas situações, o prazo de validade da receita pode ser ultrapassado, desde que o facto seja devidamente justificado pela farmácia.

#### **9.4. Equivalência de tamanhos de embalagens**

Consideram-se equivalentes os medicamentos que tenham o mesmo CNPEM. Atendendo a que a farmácia deve sempre disponibilizar o medicamento mais barato ao utente, se o sistema informático mostrar os medicamentos com o mesmo CNPEM por ordem crescente dos encargos para os utentes facilita o ato da dispensa.

#### **10. Dispensa de medicamentos prescritos por DCI em situações de patologias ou grupos especiais de utentes**

No ato da dispensa, o farmacêutico deve verificar a existência de referência a comparticipações especiais, pela aposição do diploma legal correspondente e pela letra “O” nos dados do utente.

Nestes casos, além de identificar o medicamento que cumpre a prescrição do médico, a farmácia deve dispensar o mais favorável ao utente (com menor encargo para o utente), nomeadamente, o que beneficie de comparticipação especial.

Se a prescrição for efetuada por DCI, o utente apenas pode beneficiar de comparticipação especial (atribuível por diploma) se o medicamento dispensado for abrangido pelo diploma e este venha referido na prescrição.

#### **11. Dispensa de medicamentos estupefacientes e psicotrópicos**

Os medicamentos contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica (compreendidas nas tabelas I a II anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, ou qualquer das substâncias referidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro) têm que ser prescritos isoladamente, ou seja, a receita médica não pode conter outros medicamentos.

Na prescrição eletrónica destes medicamentos, a receita deve ser identificada com RE – receita especial.

A prescrição destes medicamentos segue as mesmas regras que os restantes, nomeadamente no que respeita ao número de embalagens por receita.

### **11.1. Identificação do adquirente**

O farmacêutico deve anotar no verso da receita a seguinte informação do adquirente:

- Nome;
- Número e data do bilhete de identidade ou da carta de condução ou número do cartão do cidadão;
- Número do passaporte no caso de cidadãos estrangeiros;
- Na ausência dos documentos mencionados, o farmacêutico pode aceitar outros documentos com fotografia mas, nestes casos, deve solicitar a assinatura do adquirente; no caso do adquirente não saber assinar, o farmacêutico consigna essa menção;
- Se a receita se destinar a um menor, a pessoa que diz ter o menor a seu cargo ou estar incumbida da sua educação ou vigilância tem que assinar a cópia da receita que permanece na farmácia; no caso do adquirente não saber assinar, o farmacêutico consigna essa menção;
- Data da dispensa;
- Assinatura legível do farmacêutico;

### **11.2. Arquivo de receitas**

A cópia destas receitas, em suporte papel ou informático, tem de ser mantido na farmácia durante 3 anos. Este arquivo tem de ser efetuado por ordem de aviamento.

### **11.3. Controlo de receituário**

A farmácia tem que enviar ao IASAÚDE, IP-RAM, até ao dia 8 do segundo mês a seguir à dispensa, a listagem de todas as receitas aviadas da qual constem os dados do adquirente.

A farmácia tem que enviar ao IASAÚDE, IP-RAM cópia das receitas manuais, até ao dia 8 do mês a seguir à dispensa.

## **12. Dispensa de medicamentos manipulados**

Os medicamentos manipulados comparticipados são os constantes no Anexo do [Despacho n.º 18694/2010, 18 de novembro](#).

Os medicamentos manipulados têm que ser prescritos isoladamente, ou seja, a receita médica não pode conter outros medicamentos/produtos.

### **13. Dispensa de produtos dietéticos com carácter terapêutico**

Os produtos dietéticos têm que ser prescritos isoladamente, ou seja, a receita médica não pode conter outros medicamentos/produtos.

A listagem dos produtos comparticipados está disponível em <http://www.dgs.pt/wwwbase/acessibilidade/aaaDefault.aspx?f=1&back=1&codigono=651266676670AAAAAAAAAAAAA>, sendo da competência da Direção-Geral da Saúde, bem como os constantes nos Despachos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) da Região Autónoma da Madeira (RAM).

Os produtos dietéticos referenciados nos termos da legislação em vigor são dispensados com a comparticipação de 100% desde que sejam prescritos de acordo com o despacho n.º 15/2009 de 22 de maio da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais nos locais de prescrição designados por: Hospital – Serviço de Pediatria (Cod.LP 317230) e Hospital – Serviço de Medicina Interna (Cod. LP 317231).

### **14. Dispensa de produtos destinados ao autocontrolo da diabetes *mellitus***

Os produtos destinados ao autocontrolo da diabetes *mellitus* têm que ser prescritos isoladamente, ou seja, a receita médica não pode conter outros medicamentos/produtos.

A prescrição destes produtos pode ser efetuada em receitas renováveis e segue as mesmas regras que os medicamentos, no que respeita ao número de embalagens por receita.

Mesmo que a prescrição seja feita mediante a indicação da marca e/ou modelo, é permitido ao utente optar por um produto do mesmo tipo.

### **15. Dispensa de outros produtos**

Estes produtos têm que ser prescritos isoladamente, ou seja, a receita médica não pode conter medicamentos ou outros produtos acima referenciados.

Estes produtos têm que ser prescritos nas receitas eletrónicas identificadas OUT – Receita de outros produtos.

## Regimes de comparticipação

---

A atual legislação prevê a possibilidade de comparticipação de medicamentos através de um regime geral e de um regime especial, o qual se aplica a situações específicas que abrangem determinadas patologias ou grupos de doentes.

### **16. Regime geral de comparticipação de medicamentos**

No regime geral de comparticipação, o Estado paga uma percentagem do preço de venda ao público dos medicamentos de acordo com os seguintes escalões: Escalão A - 90%, Escalão B - 69%, Escalão C - 37%, Escalão D - 15%, consoante a sua classificação farmacoterapêutica.

### **17. Regime especial de comparticipação de medicamentos**

No regime especial de comparticipação, a comparticipação pode ser efetuada em função de:

#### **Beneficiários**

A comparticipação do Estado no preço dos medicamentos integrados no escalão A é acrescida de 5% (95%) e é acrescida de 15% nos escalões B (84%), C (52%) e D (30%) para os pensionistas do regime especial. A comparticipação do Estado no preço dos medicamentos para estes pensionistas é ainda de 95% para o conjunto dos escalões, para os medicamentos cujos preços de venda ao público sejam iguais ou inferiores ao 5.º preço mais baixo do grupo homogéneo em que se inserem.

#### **Patologias ou grupos especiais de utentes**

A comparticipação do Estado no preço de medicamentos utilizados no tratamento de determinadas patologias ou por grupos especiais de utentes é definida por despacho do membro do Governo responsável pela área da Saúde e, assim, diferentemente graduada em função das entidades que o prescrevem ou dispensam.

Contudo, importa referir que a comparticipação do medicamento pode ser restringida a determinadas indicações terapêuticas fixadas no diploma que estabelece a comparticipação sendo que para assegurar o seu cumprimento, o prescritor deve mencionar na receita expressamente o diploma correspondente.

Os diplomas legais que conferem a comparticipação especial a certos medicamentos encontram-se listados em [Dispensa exclusiva em Farmácia Oficina](#).

## **18. Comparticipação de medicamentos manipulados**

Os medicamentos manipulados comparticipados, referidos no ponto 12, são comparticipados em 30% do seu preço.

## **19. Comparticipação de produtos destinados ao autocontrolo da diabetes mellitus**

Encontram-se abrangidas por um regime de comparticipação do Estado no custo de aquisição, as tiras-teste para determinação de glicemia, cetonemia e cetonúria, assim como as agulhas, seringas e lancetas destinadas ao controlo da diabetes dos utentes do SRS-Madeira e subsistemas públicos. Esta comparticipação é de 85% do preço de venda ao público (PVP) das tiras-teste e 100% das agulhas, seringas e lancetas sendo que para efeitos de inclusão no regime de comparticipações estes produtos estão sujeitos a um preço máximo de venda ao público.

A informação da comparticipação destes produtos consta da base de dados disponibilizada pelo Infarmed às várias entidades.

## **20. Comparticipação de produtos dietéticos com carácter terapêutico**

Estes produtos são dispensados com a comparticipação de 100% desde que sejam prescritos de acordo com o Despacho n.º 24/2007, de 27 de novembro, alterado pelo Despacho n.º 15/2009, de 22 de maio, ambos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS).

## **Preenchimento de receitas**

---

O verso da receita destina-se à farmácia.

Neste local devem ser impressas as seguintes informações:

- Identificação da farmácia;
- Preço total de cada medicamento;
- Valor total da receita;
- Encargo do utente em valor por medicamento e respetivo total;
- Comparticipação do Estado em valor por medicamento e respetivo total;
- Data da dispensa (DD.MM.AAAA);
- Número de registo dos medicamentos em carateres e código de barras.

Esta informação tem de ser adicionalmente apresentada através da utilização de código bidimensional (anexo I da Portaria n.º 193/2011, de 13 de maio, na sua redação atual).

- Espaço dedicado às declarações do utente com as seguintes expressões:

Declaro que:

☐ me foram dispensadas as *N* embalagens de medicamentos constantes na receita e prestados os conselhos sobre a sua utilização.

Direito de opção\*:

☐ não exerci direito de opção

☐ ☐ ☐ ☐ exerci o direito de opção para medicamento com preço superior ao 5.º mais barato\*\*

☐ exerci direito de opção por medicamento mais barato que o prescrito para continuidade terapêutica de tratamento superior a 28 dias\*\*\*

Assinatura do Utente: \_\_\_\_\_

\* A informação relativa ao direito de opção apenas é impressa quando aplicável.

\*\* Apenas são impressos os quadrados relativos às situações em que o utente exerceu o direito de opção.

\*\*\* Esta expressão apenas é impressa quando o utente exerce o direito de opção nas situações em que o médico inclui a justificação técnica da alínea c).

O verso da receita tem ainda de conter o carimbo da farmácia e a assinatura do responsável pela dispensa do medicamento.

- O utente assina sempre a receita, para confirmar os medicamentos que lhe foram dispensados.
- Se a pessoa não souber ou puder assinar, a assinatura é feita a rogo com a identificação da pessoa que assina (pode ser o próprio farmacêutico).

## Guia de tratamento

---

Associada à receita eletrónica, é gerada uma guia de tratamento destinada ao utente que contem a seguinte informação:

- Número da receita;
- Local de Prescrição;
- Informação relativa o médico prescriptor – Nome e contacto telefónico;
- Informação relativa ao utente – Nome;
- Informação relativa a cada medicamento prescrito:
  - DCI/nome do medicamento, dosagem, forma farmacêutica e apresentação;
  - Posologia;
  - Informação sobre os encargos do utente.
- Informação sobre os encargos do utente, de acordo com a prescrição:
  - “Esta prescrição custa-lhe, no máximo € nn,nn, a não ser que opte por um medicamento mais caro” quando a prescrição é realizada por denominação comum internacional;
  - “Este medicamento custa-lhe, no máximo, € nn,nn, podendo optar por um mais barato” quando a prescrição inclui a justificação técnica da alínea c);
  - “Este medicamento custa-lhe, no máximo, € nn,nn” nas restantes situações.

Sempre que a receita é validada pelo Sistema Central de Prescrições, e com o objetivo de prescindir da receita impressa (desmaterialização), a guia do utente contém ainda a seguinte informação:

- Código de Acesso - código pessoal, a utilizar pelo utente no momento de dispensa, para autorização do acesso à sua receita;
- Código do Direito de Opção - código pessoal, a utilizar pelo utente no momento de dispensa, quando exerce o direito de opção por medicamento.



## Contactos úteis

---

- IASAÚDE, IP-RAM – Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM  
Site: <http://iasaude.sras.gov-madeira.pt/>  
Rua das Pretas, n.º 1  
9004-515 Funchal  
Telef.: 291 212 300  
E-mail: [iasaude@iasaude.sras.gov-madeira.pt](mailto:iasaude@iasaude.sras.gov-madeira.pt)

## Versão

---

Versão	Data	Alteração principal
1.0	2016.01.01	Versão original Adaptação à Região Autónoma da Madeira das Normas relativas à dispensa de medicamentos e produtos de saúde - Documento conjunto da ACSS, I.P. e do INFARMED